

ÍMPAR SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ/MF nº 60.884.855/0001-54 - NIRE 35.3.0002082-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2024

**Data, Hora e Local:** No dia 09 de abril de 2024, às 10h00, na sede social da Ímpar Serviços Hospitalares S.A., localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2028, 8º andar, conjunto 81, Bairro Bela Vista, CEP 01310-200 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Leonardo Modesti Vedolin - Presidente; e Stephanie Salcas Pepe Wagner - Secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a abertura de 1 (uma) filial da Companhia; (ii) o encerramento de 2 (duas) filiais da Companhia; e (iii) a reformulação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** A acionista, após apreciação das matérias constantes da ordem do dia, decidiu, sem ressalvas: a) Abrir uma filial localizada na Rodovia Ivo Silveira, SC 108 5670, BOX 03, Bairro Bateas, Cidade de Urbano Brusque, Estado de Santa Catarina, CEP 88355-201, onde serão desenvolvidas as atividades de laboratórios clínicos. b) Encerrar as filiais localizadas nos seguintes endereços: b.1) Filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.884.855/0045-75, NIRE 35.9.0623093-3, localizada na Avenida Paes de Barros, nº 663, Bairro Mooca, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 03115-020. b.2) Filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.884.855/0047-37, NIRE 35.9.0623095-0, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 467, Bairro Vila Leopoldina, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05310-000. c) Reformular e consolidar o Estatuto Social da Companhia para alterar, revisar e renumerar suas cláusulas, o qual passará a vigorar na forma do **Anexo I** à presente ata. C.1) Ficam os Diretores da Companhia autorizados a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas, incluindo, sem limitação, realizar os registros e atualizações cadastrais da Companhia nos órgãos públicos e privados competentes. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Emerson Leandro Gasparetto; Secretária: Stephanie Salcas Pepe Wagner; e Acionista: Diagnósticos da América S.A., por seus diretores: Leonardo Modesti Vedolin e Linaldo Vilar Junior. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Stephanie Salcas Pepe Wagner. JUCESP nº 209.752/24-5 em 23/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

**Estatuto Social - Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto e Duração - Cláusula 1ª.** ÍMPAR SERVIÇOS HOSPITALARES S.A ("Companhia") é uma Sociedade por Ações regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). **Cláusula 2ª.** A Companhia tem sede na Avenida Paulista, nº 2.028, 8º andar, Conjunto 81, Bairro Bela Vista, Cidade e Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Assembleia Geral, criar ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou depósitos ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País ou exterior. **Parágrafo Único.** A Companhia possui as seguintes filiais: (i) **Hospital 9 de Julho S.A.**, inscrito no CNPJ 60.884.855/0003-16, NIRE 35.9.0341356-5, localizado na Rua Peixoto Gomide, nº 625, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01409-902 - atividades de pronto-socorro e internações hospitalares; e pesquisas clínicas relacionadas a pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. (ii) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0005-88, NIRE 35.9.0403557-2, localizada na Rua Peixoto Gomide, nº 263, Edifício, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01409-902 - atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, serviços de quimioterapia, e serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia. (iii) **Hospital de Clínicas Padre Miguel**, inscrito no CNPJ 60.884.855/0006-69, NIRE 33.9.0126380-7, localizada na Rua Francisco Real, nº 722 e 732, Padre Miguel, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21810-042 - atividades de estrutura de apoio e assistência a paciente no lar. (iv) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0010-45, NIRE 33.9.0126376-9, localizada na Travessa Manoel de Abreu, nº 9, Parte, Centro, Niterói - RJ, CEP 24020-097 - atividades de prestações de serviços médicos de emergência sem internação. (v) **Filial Administrativa do Rio de Janeiro**, inscrita no CNPJ 60.884.855/0011-26, NIRE 33.9.0126375-1, na Rua Pompeu Loureiro, nº 56, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22061-080 - atividades simples escritório administrativo, consultoria e assessoria administrativa a hospitais, clínicas, casais de saúde, centro de diagnósticos, e/ou estabelecimento do gênero. (vi) **Complexo Hospitalar de Niterói**, inscrito no CNPJ 60.884.855/0012-07, NIRE 33.9.0000011-0, localizado na Rua La Sale, nº 12, com interligação com a Rua Dr. Celestino nº 113, com entrada suplementar pela Rua Marques de Olinda, nº 29, Centro, Niterói - RJ, CEP 24020-096 - atividades de prestações de serviços inerentes a um hospital de clínicas. (vii) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0013-98, NIRE 33.9.0126373-4, localizada na Travessa Frederico Pamplona, nº 17/21, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22061-080 - atividades de assistência médica sem internação. (viii) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0014-79, NIRE 33.9.0000032-2, localizada na Travessa Frederico Pamplona, nº 11 e 15, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22061-080 - atividade de clínica e assistência médica sem internação. (ix) **Hospital de São Lucas Copacabana**, inscrito no CNPJ 60.884.855/0016-30, NIRE 33.9.0126370-0, localizado na Travessa Frederico Pamplona, nº 22, 29 e 32 - Entrada suplementar pela Rua Constante Ramos, nº 173, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22061-080 - atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividade médica ambulatorial restrita a consultas; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; atividades de profissionais da área de saúde e pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. (x) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0017-11, NIRE 33.9.0126372-6, localizado na Travessa Frederico Pamplona, nº 12, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22061-080 - atividades de assistência médica sem internação. (xi) **Maternidade Brasília**, inscrita no CNPJ 60.884.855/0019-83, NIRE 53.9.0032932-1, localizada no Setor SHS/Sul QMSW - 04, Lot 01, S/nº, Bairro: Setor Sudoeste, Brasília - DF, CEP 70673-633 - atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências e pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. (xii) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0021-06, NIRE 53.9.0032933-9, localizada na Quadra SHS QI 15, Área Especial Torre 2, Bloco O, S/nº, térreo T-01 a T-22, 1º andar, salas 103, 105, 106 e 107, subsolo S-01 a S-22, Bairro Setor de Habitações Individuais Sul, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 71635-600 - atividade médica ambulatorial com recursos para a realização de exames complementares; procedimentos cirúrgicos; e serviços de quimioterapia. (xiii) **Hospital Brasília**, inscrito no CNPJ 60.884.855/0022-89, NIRE 53.9.0032931-2, localizado no Setor SHI/SUL - QI 15 - Conjunto G, S/nº, Bairro: Setor de Habitações Individuais Sul, Brasília - DF, CEP 71680-603 - atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências e pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. (xiv) **Hospital Águas Claras**, inscrito no CNPJ 60.884.855/0024-40, NIRE 53.9.0034601-2, localizado na Rua Araribá, Lote 3 e Lote 5, Sul Águas Claras, Brasília - DF, CEP 71927-360 - atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências e pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. (xv) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0025-21, NIRE 53.9.0036929-2, localizada no SHC/SW QMSW 06, Lotes 11 e 12, salas 101 a 115, 201 a 215 e 301 a 315, Brasília - DF, CEP 70680-643 - atividades de consultórios e serviços administrativos. (xvi) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0026-02, NIRE 35.9.0560512-7, localizada na Rua Peixoto Gomide, nº 285, Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP 01409-001 - atividades de consultório médico sem atendimento de urgências, consultório médico sem atendimento a urgências, fisioterapia, bem como atividades acadêmicas, de pesquisa, incluindo a realização de cursos e palestras. (xvii) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0027-93, NIRE 53.9.9980469-7, localizada no Trecho 17, Rua 10, Lote 45, Guarã, Brasília - DF, CEP 71200-228 - central de distribuição, entrega e empacotamento de materiais de consumo, lavanderia, processamento de dados e estocagem de materiais em geral não inflamáveis. (xviii) **Centro de Especialidades do Hospital São Lucas Copacabana**, inscrito no CNPJ 60.884.855/0029-55, NIRE 33.9.0150745-5, localizado na Rua Marques de São Vicente, nº 52, 5º pavimento, Shopping da Gávea, Gávea, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22451-901 - atividades de consultas médicas em diversas especialidades, serviços ambulatoriais sem internação, endoscopia digestiva e colonoscopia, centro de infusão de drogas quimioterápicas e não quimioterápicas, fisioterapia e nutrição. (xix) **Filial Administrativa de São Paulo**, inscrita no CNPJ 60.884.855/0030-99, NIRE 35.9.0591177-5, localizada na Avenida São Gabriel, nº 359, Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP 01435-001 - atividade de simples escritório de assessoria administrativa. (xx) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0031-70, NIRE 35.9.0591178-3, localizada na Rua Alvorada, nº 48, Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP 04550-000 - atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; serviços combinados de escritório e apoio administrativo; atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade médica ambulatorial restrita a consultas; odontológica; serviços de vacinação e imunização humana; de reprodução humana assistida; de atenção ambulatorial; de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; e serviços de quimioterapia. (xxi) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0032-50, NIRE 35.9.0602993-5, localizada na Avenida Cauaui, nº 118, Alphaville, São Paulo - SP, CEP 06454-020 - atividade de atendimento hospitalar, atividade de centro médico especializado, atividades de atendimento em pronto-socorro, centro de infusão de drogas e serviços de quimioterapia. (xxii) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0033-31, NIRE 35.9.0605067-6, localizada na Avenida Santo Amaro, nº 2468, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, CEP 04556-901 - atividade de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; UTI móvel; serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade médica ambulatorial restrita a consultas; atividade odontológica; serviços de vacinação e imunização humana; atividades de reprodução humana assistida; atividade de atenção ambulatorial; e pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. (xxiii) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0034-12, NIRE 35.9.0605068-4, localizada na Rua Cabo Verde, nº 133, Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP 04550-080 - atividades de apoio administrativo. (xxiv) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0035-01, NIRE 35.9.0505069-2, localizada na Rua Cabo Verde, nº 37, Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP 04550-080 - atividades de apoio administrativo. (xxv) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0036-84, NIRE 35.9.0605070-6, localizada na Avenida Santo Amaro, nº 2382, Brooklin Paulista São Paulo - SP, CEP 04556-100 - atividade de atendimento em pronto socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, uti móvel, serviços de remoção de pacientes, atividade médica ambulatorial com recursos de procedimentos cirúrgicos e realização de exames complementares, atividade médica restrita a consultas, atividade odontológica, serviços de vacinação e imunização humana, atividades de reprodução humana assistida, atividades de atenção ambulatorial. (xxvi) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0037-65, NIRE 35.9.0605071-4, localizada na Rua Cabo Verde, nº 67, Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP 04550-080 - atividade de fornecimento e gestão de recursos humanos e treinamento em desenvolvimento profissional. (xxvii) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0039-27, NIRE 35.9.0605073-1, localizada na Rua Peixoto Gomide, nº 527, Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP 01409-001 - atividade de apoio administrativo. (xxviii) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0040-60, NIRE 53.9.2001487-2, localizada no Trecho 17, Rua 10, parte A, Lote 45, Guarã, Brasília - DF, CEP 71200-228 - atividade de depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis. (xxix) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0041-41, NIRE 53.9.2001488-1, localizada na Rua Araribá, lotes 03 e 05, Salas 101 a 112 e 601 a 612, Bairro Sul, Águas Claras - DF, CEP 71927-360 - atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; e atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos. (xxx) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0042-22, NIRE 33.9.0158016-1, localizada na Rua Doutor Celestino, nº 122, Loja 101, Centro, Niterói - RJ, CEP 24020-091 - atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade médica ambulatorial restrita a consultas; atividades de enfermagem; atividades de profissionais da nutrição; atividades de psicologia e psicanálise; atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral; laboratórios clínicos; e serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética. (xxxi) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0043-03, NIRE 33.9.0158905-2, localizada na Rua Francisco Otaviano, nº 96, sala 01, Ipanema, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22080-045 - atividade Atividades de terapia ocupacional; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade médica ambulatorial restrita a consultas; atividades de acupuntura; atividades de atenção ambulatorial; atividades de enfermagem; atividades de fisioterapia; atividades de fonoaudiologia; atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana; atividades de profissionais da área de saúde; atividades de psicologia e psicanálise; atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica; atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral; serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos; serviços de quimioterapia; e serviços radioterapia. (xxxii) Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0049-07, NIRE 35.9.0623094-1, localizada na Avenida Tambauqui, nº 113, Complemento Box 9, Sítio Tambouré, Jubran, Barueri - SP, CEP 06460-015 - atividade de almoxarifado (centro de insumos das filiais da região). (xxxiii) Filial com CNPJ e NIRE em fase de registro, localizada na Rua Cabo Verde, nº 45, Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP 04550-080 - atividade de escritório administrativo. (xx-xiv) Filial com CNPJ e NIRE em fase de registro, localizada na Rua Nicanor Nunes, S/N, Quadra 208, Lote 1A, Bairro Piratininga, Cidade de Niterói - RJ, CEP 243504-60 - atividade de atendimento hospitalar; atendimento em pronto socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos e com recursos para realização de exames complementares; serviços de tomografia; serviços de diagnóstico por imagem, exceto ressonância magnética; e atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica. (xxxv) Filial inscrita no CNPJ e NIRE em fase de registro, localizada na Rodovia Ivo Silveira, SC 108 5670, BOX 03, Bairro Bateas, Cidade de Urbano Brusque, Estado de Santa Catarina, CEP 88355-201 - atividade de laboratórios clínicos. **Cláusula 3ª.** A Companhia tem por objeto social (a) prestação de assistência hospitalar; atendimento médico e ambulatorial nas suas instalações; servir de campo de aperfeiçoamento de médicos, enfermeiros e outros profissionais relacionados a essas atividades; proporcionar meios para a pesquisa e investigação científica; (b) atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares e também restrita a consultas; atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; serviços de quimioterapia e radioterapia; atividades de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente; (c) atividades de enfermagem; de profissionais da nutrição; psicologia e psicanálise; fisioterapia; terapia ocupacional; fonoaudiologia; terapia alternativa; acupuntura; terapia de nutrição enteral e parenteral; profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; (d) serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos; por métodos óticos; por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; laboratórios clínicos; laboratórios de anatomia patologia e citologia; (e) atividades de atendimento hospitalar, pronto socorro e unidade hospitalares práticas integrativas e complementares em saúde humana; reprodução humana assistida; odontológica; serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências; UTI móvel; serviços de vacinação e imunização humana; (f) a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, voltadas à área da saúde, na qualidade de sócia; e (g) atividade de pesquisas clínicas, relacionadas à pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. **Cláusula 4ª.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações - Cláusula 5ª.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 7.249.875.297,31 (sete bilhões, duzentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos), divididos em 7.279.090.451 (sete bilhões, oitocentos e setenta e nove milhões, noventa mil, quatrocentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Cláusula 6ª.** O capital social está representado por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Cláusula 7ª.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. **Cláusula 8ª.** É vedada a emissão, pela Companhia, de partes beneficiárias. **Capítulo III. Administração da Companhia - Cláusula 9ª.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, cujos membros serão pessoas naturais e residentes no País ou no exterior. **Cláusula 10ª.** Os Diretores serão eleitos por Assembleia Geral, preferencialmente, na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores. **Cláusula 11.** A Assembleia Geral fixará o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, assim como a sua distribuição. **Assembleia Geral - Cláusula 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Compete à Assembleia Geral as atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral será realizada preferencialmente (i) na sede da Companhia; (ii) em ambiente virtual, utilizando-se sistema ou plataforma digital para esta finalidade, que atenda aos requisitos das normas aplicáveis do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração ("DREI"); e (iii) de forma híbrida, com a possibilidade de participação presencial e participação à distância, de forma digital. A forma de realização Assembleia Geral constará de sua respectiva convocação. **Parágrafo 2º.** Independentemente das formalidades de convocação previstas na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, será considerada regular a Assembleia Geral em que comparecerem todos os acionistas. **Cláusula 13.** A Assembleia Geral, convocada de acordo com a lei, será presidida por um Diretor Presidente, que indicará um secretário. **Cláusula 14.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores nomeados na forma do Parágrafo 1º, do Artigo 126, da Lei das Sociedades por Ações. **Cláusula 15.** Todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo

voto de acionistas representando a maioria do capital votante presente à Assembleia Geral, ressalvado o disposto em lei. **Cláusula 16.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. **Cláusula 17.** Além das matérias previstas em lei, competirá à Assembleia Geral resolver os casos omissos no presente Estatuto Social, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações, a saber: (i) examinar e aprovar o orçamento anual, o plano de investimento anual e o plano estratégico da Companhia; (ii) eleger e destituir os membros da Diretoria, fixar sua remuneração global, e definir suas atribuições, além das estipuladas neste Estatuto; (iii) avaliar o desempenho funcional dos membros de Diretoria; (iv) definir as funções específicas dos Diretores de Unidade; (v) definir o conceito de Unidade de Atendimento, especificando sua jurisdição; (vi) fixar sua própria organização e regimento interno; (vii) fiscalizar a gestão da Diretoria, inclusive com relação ao planejamento e orçamento anual aprovados para o exercício; (viii) convocar os membros da Diretoria para reuniões, sempre que achar conveniente; (ix) avocar, a qualquer tempo, o exame de assuntos ou negócios sociais, decidido sobre a solução que deva ser adotada, ou expedindo normas ou instruções a serem observadas pela Diretoria; (x) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (xi) examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, ou quaisquer outros atos; (xii) aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior ao equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) entre a Companhia e (a) acionistas que exerçam o poder de controle da Companhia, tal como previsto no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; (b) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle dos Acionistas Controladores da Companhia que sejam pessoas jurídicas; ou (c) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos Acionistas Controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária; (xiii) manifestar-se sobre os termos e condições e aprovar proposta para: (a) operações de mudança do tipo jurídico da Companhia, incluindo transformação, cisão, incorporação (e incorporação de ações) e fusão que envolvam a Companhia; (b) a criação e extinção de controladas ou subsidiárias integrais; (c) a aquisição ou alienação parcial ou total de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (d) a participação da Companhia em outras sociedades, ou empreendimentos, no País ou no exterior; e (e) reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle da Companhia ou de suas controladas, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia; (xiv) examinar e aprovar a celebração pela Companhia de quaisquer contratos cujos valores individuais importem em desembolsos pela Companhia e que, no conjunto de operações relacionadas dentro do mesmo exercício, o valor anual seja igual ou superior ao equivalente a 1% do Patrimônio Líquido (PL) da sociedade controladora ou a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), prevalecendo o de menor valor; (xv) autorizar a aquisição ou alienação de quaisquer bens, móveis ou imóveis, tais como, mas não limitado a equipamentos, terrenos, prédios, cujo valor individual, ou da totalidade dos bens adquiridos em uma única compra, seja igual ou superior a 1% do Patrimônio Líquido (PL) da sociedade controladora ou a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), prevalecendo o de menor valor; (xvi) manifestar-se sobre os termos e condições e aprovar proposta para a aquisição ou alienação parcial ou total de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (xvii) aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, em qualquer desses casos não prevista no orçamento anual e que, no conjunto, o valor anual seja superior ao equivalente a 1% do Patrimônio Líquido (PL) da sociedade controladora ou a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), prevalecendo o de menor valor; sendo que tal aprovação pela Assembleia Geral será desnecessária nas hipóteses em que o oferecimento da garantia seja necessário para defender os interesses da Companhia em procedimentos administrativos ou processos judiciais nos quais a Companhia seja parte; (xviii) autorizar a contratação de endowment, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia de valor igual ou a 1% do Patrimônio Líquido (PL) da sociedade controladora ou a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), prevalecendo o de menor valor, exceto medidas cautelares ou mandados de segurança em assuntos urgentes; (xix) a autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, sempre que o conjunto de operações realizadas num período de 3 (três) meses supere a quantia equivalente a 1% do Patrimônio Líquido (PL) da sociedade controladora ou a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), prevalecendo o de menor valor; ficando, entretanto, expressamente vedada a outorga de garantias pela Companhia a obrigações de terceiros; (xx) autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou da forma de realização, e exclusivamente para fins de proteção patrimonial; (xi) autorizar na forma do disposto no artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações, a aplicação de lucros e reservas no resgate ou amortização de ações e títulos conversíveis em ações, determinando as condições e o modo de proceder-se a operação; (xxii) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia, para a permanência em tesouraria, para cancelamento ou posterior alienação, desde que não ultrapasse o valor do saldo de lucros e reservas, exceto a legal, observado ainda o disposto no Artigo 30 e seus parágrafos da Lei das Sociedades por Ações; (xxiii) determinar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, a seu critério, e declarar o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais, e ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial, anual ou semestral; (xxiv) autorizar associações ou alianças estratégicas da Companhia com terceiros; (xxv) escolher e destituir os auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para auditar anualmente as demonstrações contábeis da Companhia; (xxvi) elaborar o regimento interno de atuação da Diretoria Executiva; e (xxvii) deliberar sobre as alterações, inclusões nas regras de governança corporativa, que incluem, mas não se limitam ao processo de prestação de contas e ao processo de divulgação de informações. **Parágrafo Único.** Compete ainda a Assembleia Geral determinar a criação de Comitês de Assessoramento, destinados a auxiliar os respectivos membros da Diretoria, bem como definir a respectiva composição, estabelecer seus regimentos, competências e atribuições específicas. **Diretoria - Cláusula 18.** A Diretoria é composta por Diretores Executivos e por Diretores de Unidade da Companhia, e, ainda, poderá ser eleito um Diretor de Obras e Infraestrutura. **Parágrafo 1º.** Todos os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, podendo os Diretores serem reeleitos, e tomarão posse mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo 2º.** Os Diretores terão um voto cada nas deliberações da Diretoria. **Cláusula 19.** Compete aos Diretores zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social, em especial lhes compete a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, e a prática de todos os atos de gestão necessários ao seu funcionamento e desenvolvimento, podendo celebrar contratos, contrair obrigações, outorgar procuradores ou mandatários, emitir e endossar cheques, ou outros títulos de crédito, prestar aval ou outros tipos de garantia, ou analisá-los quando de interesse da Companhia, sempre observando os limites, autorizações e aprovações dispostas neste Estatuto, sob pena de nulidade do respectivo ato. **Parágrafo 1º.** Compete aos Diretores Executivos coordenar atividades estratégicas da Companhia, analisar e planejar novas oportunidades de negócios e de investimentos que tenham como objetivo a expansão da Companhia, além das funções e atribuições a ele atribuídos pela Assembleia Geral: (i) superintender as atividades de administração da Companhia; (ii) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as regras previstas neste Estatuto Social; (iii) coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relacionadas ao desenvolvimento de negócios estratégicos e de marketing da Companhia; (iv) propor planos estratégicos e projetos de expansão, prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos para a Companhia e avaliar novas atividades a serem desenvolvidas e/ou realizadas dentro do objeto social da Companhia, inclusive a partir do exame da viabilidade econômico-financeira de novas oportunidades de negócios; (v) elaborar e submeter a Assembleia Geral um plano anual de negócios e o orçamento da Companhia; (vi) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (vii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; (viii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária; (ix) zelar pelo cumprimento das diretrizes técnicas e administrativas estabelecidas e desenvolver ações estratégicas voltadas ao atendimento das metas e, avaliar os resultados alcançados pelos Diretores de Unidade; e (x) cooperar com os demais administradores da Companhia para o desenvolvimento do negócio. **Parágrafo 2º.** Competirão aos Diretores de Unidade administrar, gerir, orientar e supervisionar os negócios sociais relativos às Unidades de Atendimento sob sua jurisdição, conforme definição estabelecida pela Assembleia Geral e cumprir funções que lhes forem atribuídas pelos Diretores Executivos, entre elas: (i) Elaboração e cumprimento do orçamento; (ii) Responder por todo o resultado da unidade, seja assistencial, financeiro e de qualidade de atendimento; (iii) Zelar pela execução das diretrizes técnicas, administrativas, de imagem e pela legalidade da sua unidade nos aspectos regulatórios, trabalhistas, fiscais, dentre outros que representem riscos para a Companhia; e (iv) Assumir o desenvolvimento da sua equipe e participar referente a sua unidade. **Parágrafo 3º.** Compete ao Diretor de Obras e Infraestrutura, se eleito: (a) coordenar, controlar e supervisionar todas as obras de infraestrutura e serviços de engenharia de todas as UNIDADES, garantindo que os mesmos sejam executados dentro dos parâmetros legais; (b) coordenar a elaboração de plano de segurança das UNIDADES para prevenir impactos ambientais; e (c) controlar e garantir todos os licenciamentos necessários junto aos órgãos públicos responsáveis, para o fiel cumprimento do objeto social da Companhia. **Parágrafo 4º.** A Companhia será representada (a) por dois Diretores Executivos em conjunto ou; (b) por um Diretor Executivo e um Diretor de Unidade ou; (c) por um Diretor Executivo e um procurador nomeado com poderes específicos, nos termos do parágrafo quinto abaixo ou; (d) por um Diretor de Unidade e um procurador nomeado com poderes específicos, nos termos do parágrafo segundo abaixo ou ainda; (e) por 2 (dois) procuradores, conjuntamente, com poderes específicos, desde que os instrumentos de mandato sejam assinados por 2 (dois) Diretores Executivos com limitação de competência e, quando o objeto depender de prévia aprovação da Assembleia Geral a sua outorga ficará expressamente condicionada à aprovação. **Parágrafo 5º.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores Executivos, ou por um Diretor Executivo em conjunto com 1 (um) Diretor de Unidade. As procurações outorgadas deverão especificar os poderes e terão prazo de validade limitado ao máximo de 3 (três) anos. Para fins de representação judicial ou para fins de representação perante repartições aduaneiras, Receita Federal, Secretarias Estaduais da Fazenda, Prefeituras, INSS, FGTS, Delegacias Regionais do Trabalho, Delegacias de Polícia, órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada de forma isolada, por qualquer Diretor ou qualquer procurador, desde que devidamente constituído na forma deste Estatuto Social. Apenas as procurações para fins de representação judicial serão outorgadas sem limitação do prazo de validade. **Parágrafo 6º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas a seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral. **Cláusula 20.** Ocorrendo vacância ou impedimento de cargo de Diretor Executivo, caberá a Assembleia Geral eleger o novo Diretor Executivo ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo de gestão e os respectivos vencimentos. **Parágrafo 1º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação com antecedência mínima de 2 (dois) dias por qualquer dos Diretores Executivos, dispensada tal convocação caso presentes todos os Diretores. **Parágrafo 2º.** A reunião instalar-se-á com a presença da maioria dos Diretores Executivos. **Conselho Fiscal - Cláusula 21.** O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição, e funcionarão, apenas nos exercícios em que for instalado a pedido dos acionistas, nos termos da lei. **Cláusula 22.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitado o disposto no Parágrafo 3º, do Artigo 162, da Lei das Sociedades por Ações. **Cláusula 23.** Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos ou afastamentos eventuais, ou ainda, na vacância do cargo, pelos respectivos suplentes, cabendo aos substitutos a percepção de honorários correspondentes ao período em que servirem. **Cláusula 24.** O Conselho Fiscal tem suas atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **Parágrafo Único.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, reunir-se-á ordinariamente, de 3 (três) em 3 (três) meses, e extraordinariamente, sempre que houver necessidade, independentemente de convocação. **Capítulo IV - Exercício Social, Distribuição de Resultados e Lucros e Reservas - Cláusula 25.** O exercício social coincidirá com o ano civil e terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM. **Cláusula 26.** Do resultado do exercício serão deduzidas pela ordem e sucessivamente: (a) importância necessária à formação da provisão para o imposto de renda; e (b) parcela para pagamento de uma participação nos lucros aos administradores, a ser distribuída a eles, observado os limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 1º.** O lucro líquido do exercício, formado pelo resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as importâncias que se trata o *caput* desta Cláusula, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, observado o disposto no Artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) 25% (vinte e cinco por cento) do valor ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para pagamento de dividendos. **Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral poderá, observados os limites de sua competência, deliberar a constituição, destinação de recursos ou redução das reservas de capital previstas no Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 3º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. A Assembleia Geral poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual. **Parágrafo 4º.** Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia. **Cláusula 27.** A Assembleia Geral poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum*, da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados. **Capítulo V. Liquidação da Companhia - Cláusula 28.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo VI. Disposições Finais - Cláusula 29.** Na ocorrência de qualquer disputa relacionada a este Estatuto Social, os acionistas deverão enviar seus melhores esforços para resolver a referida disputa amigavelmente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias. Na hipótese de tal disputa não ser resolvida dentro do referido prazo, os acionistas a submeterão à arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, e de acordo com os termos e condições desta Cláusula. **Parágrafo 1º.** A disputa será submetida ao Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá ("CCBC"), de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"). **Parágrafo 2º.** A sede da arbitragem será na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, sendo vedado aos árbitros julgarem por equidade. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português e nela será aplicada a lei brasileira. **Parágrafo 3º.** O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, que deverão ser e permanecer independentes e imparciais em relação ao objeto da arbitragem e com os acionistas, cabendo a cada um dos acionistas envolvidos na disputa indicar um árbitro, os quais, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro que funcionará como Presidente do Tribunal Arbitral. Caso os 2 (dois) árbitros indicados pelos acionistas deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias constados da data em que o último dos 2 (dois) árbitros foi nomeado, caberá ao CCBC indicar o terceiro árbitro. **Parágrafo 4º.** Sendo mais de uma parte requerente ou requerida, os requerentes conjuntamente, e as requeridas, conjuntamente, designarão seus respectivos árbitros, sob pena da CCBC fazer a nomeação. **Parágrafo 5º.** Os acionistas envolvidos na disputa deverão ratear, em partes iguais, os honorários e despesas havidas com os árbitros e com a CCBC. Cada acionista arcará com os custos e honorários dos seus respectivos advogados, não havendo imposição de sucumbência. **Parágrafo 6º.** Os acionistas terão o direito de requerer no juízo competente as medidas cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cuho preparatório à instauração do Tribunal Arbitral, enquanto este não estiver constituído, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Para o exercício das citadas tutelas jurisdicionais os acionistas elegem o Foro Central da Comarca da Capital do Estado São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Uma vez constituído o Tribunal Arbitral, a ele caberá reexaminar as decisões proferidas nos referidos processos preparatórios. **Cláusula 30.** A Companhia, no caso de abertura de seu capital, fará adesão a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa. **Cláusula 31.** A Companhia observará eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. Fica vedado aos integrantes da mesa diret